



CRISE ENTRE PODERES

Lira quer dificultar a judicialização de leis

Na abertura da ExpoZebu, em Uberaba, o presidente da Câmara aproveita o palanque de autoridades para criticar os recursos do governo ao Supremo contra temas aprovados pelo Congresso, como a desoneração da folha e o Marco Temporal

» VICTOR CORREIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e parlamentares da bancada do agronegócio engrossaram o coro contra a judicialização de decisões do Congresso Nacional. Ele evitou bater diretamente no Executivo, mas criticou as ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) ao Supremo Tribunal Federal (STF), mecanismo que o governo usou para barrar o Marco Temporal na demarcação de terras indígenas e a desoneração da folha salarial de setores que empregam muita mão de obra e de municípios menores, aprovados pelo Legislativo.

Arthur Lira foi um dos convidados, ontem, da abertura da 89ª ExpoZebu, em Uberaba (MG). Ministros, governadores, deputados, senadores e empresários do agro também estavam presentes. O evento foi cheio de recados ao governo, incluindo críticas à invasão de propriedades rurais e preocupações com a regulamentação da reforma tributária (**leia abaixo**).

“Há uma discussão sempre jurídica no Brasil. As discussões nunca findam porque o STF recebe demandas todos os dias, de todos os setores”, discursou Lira. “E nós temos um câncer no Brasil que se chama Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta por qualquer entidade, qualquer pessoa ou qualquer partido político com um representante no Congresso Nacional”, acrescentou.

Embora a tensão tenha ganhado corpo na semana passada com a decisão do governo de pedir a inconstitucionalidade da desoneração, Lira reclama das judicializações desde o início da gestão. Após o Parlamento aprovar o Marco Temporal, por exemplo, entidades indígenas e partidos como PSol e Rede entraram com ADIs contra a medida. Embora a tese do marco seja, atualmente, considerada inconstitucional, indígenas temem que o Supremo possa rever a decisão.

“De que adianta um projeto com 400 votos no plenário da Câmara se um parlamentar entra com a ADI e um ministro (do STF) dá uma liminar? Nós, parlamentares, temos que ter coragem de enfrentar esse tema e subir o sarrafo de quem pode propor ADI no país”, destacou o presidente da Câmara. Lira tem evitado, até o momento, entrar diretamente na briga pela desoneração da folha, capitaneada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

O chefe da Câmara também negou

Reprodução/vídeo



De que adianta um projeto com 400 votos no plenário da Câmara se um parlamentar entra com ADI e um ministro (do STF) dá uma liminar? Nós, parlamentares, temos que ter coragem e subir o sarrafo de quem pode propor ADI no país”

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados

que tenha atuado em retaliação ao governo. Ele reclama de interferência indevida no Legislativo, e chegou a sinalizar que pautaria projetos sensíveis ao Palácio do Planalto. O pedido de urgência para votar o chamado pacote anti-MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), por exemplo, foi considerado uma retaliação. A proposta pretende retirar benefícios sociais de pessoas condenadas por invasão de propriedades rurais e urbanas.

“Não é uma represália. Não é nenhum ato contra (o governo) diretamente, mas uma obrigação legal. Você, que invade o direito do outro, tem que ter uma penalidade. E, logo na semana seguinte, veio a narrativa de que o

presidente Arthur estava com a faca no pescoço do governo federal. Que estava com pauta-bomba. Defender direito no Brasil é difícil. Defender posições justas no Brasil é difícil”, lamentou.

“Entrelinhas”

Outros parlamentares também citaram a judicialização, na ExpoZebu. A senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura, citou que há “um problema” com a tese do Marco Temporal. “Se vier uma negativa de lá, do outro Poder, nós vamos fazer uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) e vamos resolver de uma vez por todas esse

Imposto incide no salário de maio

» RENATO SOUZA

Com a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux de pedir vista, ou seja, mais tempo para analisar a ação envolvendo a desoneração da folha de pagamentos, continua em vigor a liminar (decisão provisória) concedida pelo ministro Cristiano Zanin. O magistrado atendeu ao pedido do governo federal, protocolado por meio da Advocacia-Geral da União (AGU). Fux tem 90 dias para devolver o processo para continuidade do julgamento — o que, na prática, fará com que as empresas tenham que seguir o regime tributário comum de maneira imediata.

Como a decisão de Zanin foi tomada em abril, a suspensão da desoneração da folha deve ser aplicada no recolhimento que será feito a partir desta semana, no começo do mês de maio. Por se tratar de uma determinação judicial, a validade é imediata, sem período de transição para ser aplicada. Se a desoneração fosse derrubada por lei aprovada pelo Congresso Nacional, haveria prazo para que entrasse em vigor. No entanto, ocorreu o contrário. Os parlamentares aprovaram uma lei que prorrogou a desoneração da folha, e a norma foi barrada pelo Judiciário, em uma ação que acirra o conflito entre os Poderes.

A desoneração da folha envolve os 17 setores que mais empregam na economia. Representantes das empresas fizeram chegar ao Supremo a informação de que, com a suspensão das isenções fiscais, as demissões nas áreas afetadas podem começar na próxima semana, para cortar custos em razão da obrigação de pagar uma porcentagem maior de impostos. O governo defende o fim da desoneração para aumentar a arrecadação e cumprir a meta fiscal deste ano. Apesar de ter prazo de três meses para examinar a liminar, Fux deve devolver o tema para julgamento antes.

Caso ele faça uso de todo o período disponível, de acordo com o regimento interno da Corte, o processo volta automaticamente para a pauta do plenário virtual. Até agora, quatro magistrados votaram para manter a liminar concedida pelo ministro Zanin. Seguiram o voto do relator Flávio Dino, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso. Após essa avaliação inicial, os magistrados devem se debruçar no mérito do caso, para tomar uma decisão definitiva sobre o assunto.

A advogada Mariana Ferreira, especialista em direito tributário do Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, afirma que a indecisão provoca insegurança jurídica e avalia que o impasse em torno do assunto está longe de terminar. “A discussão a respeito da desoneração da folha de pagamento realmente parece estar longe de ter um fim. Há anos os Três Poderes discutem essa questão. De um lado, o Executivo querendo extinguir essa espécie de benefício fiscal para voltar a arrecadar mais. De outro, o Legislativo pretendendo prorrogar para atender a um clamor dos empresários. Entre o embaite fica o Judiciário, ora decidindo a favor de um, ora de outro. Enquanto os Poderes não tiverem um diálogo aberto sobre o assunto, quem sofre é o empresário e os trabalhadores em um estado de incerteza sem fim”, afirma.

Ela explica que a redução de custos que o benefício aplica sobre a folha dos setores atendidos é bastante significativa. “A desoneração da folha permite a diversas empresas substituírem a contribuição previdenciária, de 20% sobre a folha de salário dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%.”

Reforma tributária terá time de relatores

Arthur Menescal/Esp.CB/D.A Press



Ronaldo Caiado sobre a simplificação dos impostos: “Vão ter que me explicar muito”

O presidente da Câmara também destacou que vai manter o tratamento diferenciado para setores vitais, citando a saúde, a educação e o agronegócio.

Em coletiva de imprensa após o

evento, Lira voltou a tocar no assunto. Segundo ele, a Câmara vai dar toda a transparência necessária para os debates sobre a regulamentação, mas com prudência e tranquilidade. “Agora

é a hora que todo mundo vai querer a reforma para o seu umbigo”, pontuou. O ministério da Fazenda entregou o projeto principal para regulamentar a reforma, mas outros dois ainda devem ser apresentados. A expectativa é que a Câmara vote o texto antes do recesso parlamentar, em julho, e o envie ao Senado.

Durante seu discurso, Lira brincou com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que é o maior opositor da reforma entre os Executivos estaduais. “Meu irmãozinho Caiado levantou uma briga terrível, e vocês sabem que, quando o Caiado puxa uma confusão, ele puxa grande como ele”, contou Lira.

Mais cedo, em seu discurso, o governador voltou a questionar a medida. “Pode até ser que eu esteja errado, mas vocês vão ter que me explicar muito a simplificação da reforma tributária com 490 artigos apresentados até o momento. Isso aí eu não sei, não. Eu quero ver o final dessa lei complementar para dizer: olha, realmente, diminuiu a carga tributária”, declarou Caiado, reforçando que estados e municípios não podem ser penalizados com perda de arrecadação. (VC)